

CIPAN – COMPANHIA INDUSTRIAL PRODUTORA DE ANTIBIÓTICOS, SA
ASSEMBLEIA GERAL DE 29 DE JUNHO DE 2010

BOLETIM DE VOTO
(art.º 22.º CVM)

Nome do accionista: _____
Número de acções de que é titular: _____
Número de votos (*): _____

	Sentido de voto (assinalar com um X)		
	A favor	Contra	Abstenção
Proposta do Conselho de Administração, sobre a mobilização da reserva legal e de reservas livres disponíveis para o efeito, por um montante total de € 570 151,35, para cobertura de prejuízos acumulados pela sociedade a 31 de Dezembro de 2009;			
Proposta do Conselho de Administração, sobre uma redução do capital social dos actuais € 18 500 000,00 para € 7 770 000,00 para cobertura de prejuízos acumulados pela sociedade a 31 de Dezembro de 2009, a representar pela redução do valor nominal das acções emitidas pela sociedade de € 1,00 para € 0,42 cada			
Proposta do Conselho de Administração sobre um aumento de capital dos € 7 770 000,00, resultantes da redução anteriormente contemplada, para € 10 374 000,00 a representar pela emissão de 6 200 000 novas acções do valor nominal de € 0,42 a realizar ao par e com subscrição reservada aos accionistas da sociedade			

(*) ver verso

O Accionista

A assinatura deve ser acompanhada de cópia do bilhete de identidade ou, tratando-se de pessoa colectiva, ser reconhecida notarialmente na qualidade.

(*) Os art.ºs 16.º, 17.º, 18.º, 19.º e 20.º do contrato de sociedade de CIPAN – COMPANHIA INDUSTRIAL PRODUTORA DE ANTIBIÓTICOS, SA dispõem que:

Artigo 16º

A assembleia geral é constituída por todos os accionistas da sociedade que tenham as acções averbadas no registo respectivo ou depositadas no cofre social ou numa instituição financeira, até oito dias antes da reunião.

§ 1º- A mesa da assembleia geral compõe-se de um presidente e dois secretários, eleitos de três em três anos, reelegíveis entre os accionistas podendo, se assim se entender, haver ainda um lugar de vice-presidente e um vice-primeiro secretário.

§ 2º- Os mandatos dos membros da mesa de assembleia geral terminam na assembleia geral ordinária que apreciar as contas do último ano do triénio para que os membros foram eleitos.

§ 3º- Os accionistas que não exerçam cargos sociais podem fazer-se representar nas assembleias gerais por outro accionista, mediante simples carta dirigida ao presidente da mesa, a quem compete a apreciação da autenticidade da carta. Esta deve dar entrada na sede social até ao último dia útil que preceda o da reunião da primeira convocatória da assembleia.

Artigo 17º

A assembleia geral reúne sempre que convocada por iniciativa do conselho de administração, do conselho fiscal ou de accionistas que representem, pelo menos 5% do capital ou detenham acções correspondentes ao valor nominal de mil contos.

§ 1º- A reunião da assembleia geral poderá ter lugar na sede social ou em qualquer outro ponto do território nacional.

§ 2º- A convocação para as reuniões da assembleia geral será feita pelo seu presidente, por meio de convocatórias publicadas no Diário da República e num jornal da imprensa diária com quinze dias de antecedência, pelo menos.

Artigo 18º

A assembleia geral ordinária ou extraordinária considerar-se-á constituída, apta a funcionar em primeira convocação, desde que esteja presente o número de accionistas representativo, pelo menos, da maioria absoluta e de 51% do capital social.

§ Único - Não se verificando qualquer desses requisitos, a assembleia geral será novamente convocada para reunir, pelo menos, no 15º. dia seguinte, e as deliberações que então se tomem considerar-se-ão válidas qualquer que seja o número de accionistas presentes e o quantum do capital representado.

Artigo 19º

Cada grupo de 100 acções tem direito a um voto desde que o averbamento ou o depósito das mesmas acções no cofre social tenha sido feito até oito dias da data marcada para a reunião da assembleia geral.

§ 1º- As deliberações são tomadas por maioria absoluta de votos e registadas na respectiva acta. Para alteração dos estatutos é necessária uma deliberação representativa de, pelo menos, 75% do capital social.

§ 2º- No caso de votação empatada, em matéria de eleições, decidirá o voto do accionista que possuir maior número de acções.

Artigo 20º

Os obrigacionistas não têm o direito de assistir às assembleias gerais.